

## **ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE CANELA-RS**

**Norberto Hoffmann**  
**Universidade de Caxias do Sul**

**RESUMO** – O trabalho discute a processo de urbanização turística avaliando os reflexos sobre a intensificação da especulação imobiliária, a revalorização seletiva no uso do solo urbano, o surgimento de uma nova elite local, em estreita ligação como o poder público e a valorização estética da paisagem natural ou construída no município de Canela, no Rio Grande do Sul, em período recente, especialmente diante do avanço de empreendimentos denominados de “condomínios fechados” ou de “áreas de circulação restrita”. Para atingir o propósito do trabalho procurou-se o entendimento de conceitos e da estrutura formal relativa ao planejamento turístico e a compreensão da dinâmica, do conteúdo, das estratégias e contradições contidas no atual Plano Diretor e na minuta do novo Plano Diretor que tramita na Câmara Municipal de Vereadores. Seu viés propicia um novo olhar sobre questões pertinentes como os instrumentos de regulação do uso e ocupação do solo, da preservação e conservação do meio ambiente e da própria atividade turística em si mesma, levando a uma nova configuração territorial e social dos lugares turísticos.

**PALAVRAS-CHAVE** – Urbanização turística, uso e ocupação do solo, planejamento turístico, Plano Diretor, meio ambiente.

**ABSTRACT** – The research discuss the process of tourism’s urbanization valuing the reflexes about the intensification of the property speculation, the selective revaluing in the use of the urban ground, the appearance of a new local elite, in strict connection with the public power and the esthetic valuation of the natural or constructed scenery in Canela town, in Rio Grande do Sul, in recent period, especially in the face of the advance of undertakings called “closed condominiums” or “restricted areas”. To achieve the purpose of this research was tried to understand of the concepts and of the formal structure relative to the tourism planning and the comprehension of the dynamics, contents, strategies and contradictions contained in the current Director Plan and in the minute of the new Director Plan that procedures in the Councilors Town Hall. Its slant gives the possibility of a new point of view about pertinent questions as the instruments of the regularizations of the ground use and occupation, the preservation and conservation of the environment and the activities of tourism, leading to a new territorial and social configuration of the tourism’s places.

**KEYWORDS:** tourism’s urbanization, ground use and occupation, tourism planning, Director Plan, environment.

O início século XXI traz, como marca registrada, heranças de um passado recente de profundas e velozes transformações nos principais setores da atividade humana, com

destaque para um crescente e irreversível processo de urbanização, de transformações nas relações básicas de trabalho, de mudanças no perfil da sociedade de maneira geral. A tudo isso acrescenta-se o turismo, cuja atividade tem se constituído em uma prática social de relevância, principalmente em decorrência dos significativos avanços nas áreas da comunicação, informática e transportes, encurtando distâncias e aproximando pessoas. Tal processo, decorrente das profundas transformações em curso na sociedade mundial, acarretam um desenvolvimento técnico-científico com caráter insustentável, incrementando cada vez mais uma expressiva preocupação em torno de questões ambientais, tais como a preservação de recursos hídricos, da vegetação e da qualidade do ar, indispensáveis para a sobrevivência da própria espécie humana e, por conseqüência, do próprio turismo enquanto prática social e econômica disseminada (Urry, 1996; Rodrigues 1997; Santos 1997; De Masi 2000).

Essas alterações no ritmo de vida dos seres humanos, cada vez mais, impulsiona-nos a adotar, como alternativa de lazer, a viagem. E a sociedade capitalista, responsável pela intensificação do ritmo de trabalho, logo transforma essa opção de uso do tempo livre em mercadoria. Aqueles com condições financeiras para tal, desfrutam de pacotes de viagens em roteiros nacionais, internacionais ou regionais. Nestes deslocamentos, muitas cidades recebem grandes contingentes de visitantes, em alguns casos em números superiores ao de sua população.

Em muitas cidades, o paradigma da expansão urbana, qual seja, o de apresentar um crescimento cada vez maior de pessoas oriundas do campo ou de outras cidades menores, e a respectiva urbanização turística em municípios que apresentam esta característica, têm sido motivo de preocupação, tanto da parte de ambientalistas como de estudiosos, juristas e de autoridades envolvidas com o tema. Diante deste contexto, as cidades – Canela é uma delas –, parecem ficar à mercê desses fluxos migratórios, como se não conseguissem ser alcançadas, em tese, pela razão política ou pela racionalidade prática.

O fenômeno tem causado polêmica em torno do assunto, uma vez que o paradigma da expansão urbana, bem como as respectivas políticas e práticas públicas dos municípios de vocação turística propõem um desenvolvimento controlado e paulatino de suas atividades. Tais práticas ficaram sendo conhecidas como ações de sustentabilidade urbana, cujo objetivo é melhorar o desempenho da economia dos lugares de forma duradoura, mantendo

o equilíbrio ecológico sem agredir a flora e a fauna locais, levando em conta as tradições da população.

A presente introdução, portanto, tem como objetivo o entendimento das modificações do espaço urbano e suas manifestações sócio-espaciais, buscando compreender as ações dos principais agentes e fatores, assim como o uso da terra decorrente do processo de urbanização, no que se refere a ocupação do solo, de cidades turísticas como Canela. Não se pretende aqui pesquisar quais os fatores que influenciam no crescimento urbano desigual de Canela, mas descrever e historiar, sob a ótica do uso e da ocupação do solo, quais fatores que determinam os processos de urbanização, em especial quando acrescidos por fluxos turísticos. Questões como gestão turística, valor paisagístico, influência das áreas de condomínios, serviços, agentes imobiliários, estrutura fundiária, legislação (Plano Diretor), etc., são alguns dos itens analisados.

### **URBANIZAÇÃO TURÍSTICA**

A questão da urbanização turística é, hoje, um dos desafios mais importantes do mundo globalizado, envolvendo tanto aspectos políticos como econômicos, sociais, culturais, antropológicos e geográficos. Mesmo que o turismo apresente contradições – alto crescimento no contexto econômico e forte desencadeador de processos de degradação ambiental – é, na maioria das vezes, a única forma de desenvolvimento para um lugar, cidade ou região (Luchiari, 1997, p. 105). Portanto, nos apropriando de algumas das colocações de Moura (1999), uma adequada gestão turística que leve em conta as questões que envolvem os processos de urbanização, deve partir de uma concepção de cidade-modelo turística, fazendo-se necessário o estabelecimento de algumas condições:

- existência de base econômica favorável, uma vez que o desenvolvimento turístico fundado na necessidade de qualidade do meio ambiente é pré-condição para a sustentabilidade urbana e do meio ambiente;
- valorização de elementos que peculiarizem a cidade diante do crescente processo de globalização, reforçando a atratividade turística a partir da identidade local, da sua cultura e do seu patrimônio histórico, dos espaços públicos e da qualidade de vida e do meio ambiente;

- uso e ocupação do solo com otimização funcional de forma a possibilitar harmonia sócioespacial entre condomínios fechados, bairros de alta ou de baixa renda, perímetro urbano central e áreas do entorno;
- capacidade de articulação com outros municípios turísticos da região – visando a formação de um cluster –, para aplicação de processos e princípios que viabilizem caminhos alternativos para a implementação de novas formas de investimentos e atrativos turísticos;
- participação da comunidade em decisões voltadas ao turismo e meio ambiente, que venham afetar suas vidas, como forma de exercício de co-participação responsável, transparência e cidadania;
- estabelecimento de processos de auto-avaliação na promoção de práticas políticas e públicas inovadoras e participativas em questões que envolvam o desenvolvimento e sustentabilidade turística e expansão urbana.

Por ser o turismo uma atividade que independe de “vocação natural”, afirma a autora, parte de uma constru o artificial, cujas bases estão assentadas no poder econ mico e político, quer seja através da cria o de parques temáticos, ambientes de natureza artificial, ou autenticidade histórica reinventada.   justamente a  que entram os cada vez mais controversos ambientes chamados de “condomínios fechados ou de circula o restrita”, destinados às classes mais abastadas. Os fechados são em número superior a dez, entre pequenos, médios e de grande porte em Canela, enquanto que os de circula o restrita são três: Laje de Pedra, Quinta da Serra e o mais recente, implantado em 2003, Reserva da Serra. Tudo isso para que o turista possa saborear usos, costumes, hábitos e tradi es sociais que teriam sido perdidos na corrida frenética para obter um papel de destaque no processo de globaliza o contemporâneo, em seus lugares de origem.

### **O PROCESSO DE URBANIZA O EM CANELA**

Ao poder público constrange muito menos o setor privado para investir proveitosamente no espaço urbano e freqüentemente há uma clara confluência de interesses entre o governo da cidade e os setores empresariais. Daí ter-se a questão do processo de urbaniza o de Canela, onde negocia es para transformar a cidade em um centro de convergência turística obtiveram localiza o privilegiada. Portanto, a nova questão urbana, qual seja o processo de urbaniza o turística, especialmente a relacionada com a expansão e a competitividade, tem provocado, em cidades como Canela, que tem no

turismo a sua principal atividade econômica, problemas tais como o crescimento desordenado. Uma das razões que leva a esse processo reside no fato de que o parcelamento do solo é uma atividade econômica de potencial impacto ambiental e de elevado custo social. A sustentabilidade do desenvolvimento urbano está diretamente relacionada à abordagem integrada da infra-estrutura ambiental nos assentamentos urbanos, no sentido de melhorar a qualidade de vida das populações, através do aumento da produtividade, do acesso à saúde preventiva e redução da pobreza (DIURB/FEAM/2002).

Para evitar-se um colapso urbano e um impacto ambiental irreversíveis, se faz necessário uma reordenação na reprodução da força de trabalho, nos equipamentos de consumo coletivo, nos movimentos sociais urbanos e na racionalização do uso do solo. Na verdade, um dos elementos essenciais do planejamento estratégico, diz Arantes (2000, p. 94), “é a criação das condições de sua instauração enquanto discurso e projeto de cidade”. Já Dowbor, (1995, p.16) observa que “quando as decisões são tomadas muito longe do cidadão, correspondem muito pouco às suas realidades.” Em outras palavras, as infra-estruturas deficientes nos bairros pobres compõem algumas das infra-estruturas esquecidas, gerando custos adicionais em termos de doenças, criminalidade, perda de horas de trabalho e outros que superam em muito o custo de implantação dessas mesmas infra-estruturas.

A questão é: quando se fala de expansão urbana e urbanização turística, o que significa planejamento estratégico para um município como Canela? Para começar, é necessário dizer que, em nível político-institucional, o novo modo de planejar significa construir uma oportunidade que transcenda um pouco o campo das filiações político-partidárias. Trata-se, aqui, de “garantir aos investidores a permanência de certas escolhas” (Ascher, 1994, p.83-96), pois é através da minimização dos jogos de interesses, da “despolitização” planejada, que se dá garantia aos investidores privados.

A propósito disso, surgem algumas perguntas: é possível a concretização de mudanças, tanto na esfera pública como na privada, para que haja uma verdadeira transformação da mentalidade de todos aqueles envolvidos no processo da atividade turística para que ocorra uma adequação entre os processos de expansão urbana e de gestão turística no município de Canela? Ou, ainda: como descortinar que tipo de cidadão e que tipo de turismo se quer para o município de Canela, mediante levantamento sobre as mudanças comportamentais da comunidade local, do empresariado e da própria administração pública, frente a uma

situação já existente e seus efeitos no processo de planejamento e gestão da atividade turística? É possível que tais respostas estejam nas palavras de Chartier, ao afirmar que:

As percepções do social não são discursos neutros. Produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, a legitimar projetos reformadores ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Conseqüentemente, os esquemas geradores das classificações e das percepções, próprios de cada grupo ou meio, são verdadeiras instituições sociais que incorporam sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas as demarcações da própria organização social (CHARTIER, 1990, 17-18).

A percepção de que a globalização destruiria as diferenças locais, homogeneizando o espaço e a sociedade, adquiriu um sentido inverso: tanto as peculiaridades locais, os localismos, os regionalismos, emergiram desse global, quanto a própria globalização econômica passou a valorizar as diferenciações dos lugares, fazendo desta diferenciação um atrativo para o capital e, conseqüentemente, da atividade turística (Luchiari, 1997).

A organização territorial dos lugares turísticos não responde somente à lógica do lugar, do meio, e da população local: ela é a reprodução de atributos valorizados nos centros urbanos emissores, sintetizando, na materialidade das cidades que se expandem, as novas representações sociais impressas ao uso do território. Por essa razão, os lugares não permanecerão 'provincianos', 'selvagens' ou 'autênticos': porque esses atributos não representam mais a sociedade (LUCHIARI, 1997, p.120).

Portanto, implementada pela urbanização turística, a reestruturação socioespacial surge nos lugares descaracterizando-os e criando novos espaços impregnados do artificialismo que lhe é característico. A autenticidade é destruída, dando lugar a reproduções alienígenas destinadas ao mercado de consumo, vendidas que são pela mídia, empresas construtoras, balcões imobiliários e agências de turismo.

Dentre os vários indicadores da urbanização turística ainda se pode citar a intensificação da especulação imobiliária, a revalorização seletiva no uso do solo urbano, o surgimento de uma nova elite local, em estreita ligação com o poder público e a valorização estética da paisagem natural ou construída da cidade. Cabe lembrar que tudo isso é importante, uma vez seu viés propicia um novo olhar sobre questões pertinentes como os instrumentos de regulação do uso e ocupação do solo, da preservação e conservação do meio ambiente e da

própria atividade turística em si mesma, levando a uma nova configuração territorial e social dos lugares turísticos como o município de Canela e tantos outros não só da Serra Gaúcha mas de todo o país.

Diante disso, Luchiari levanta três importantes considerações acerca da construção de um projeto de reorganização socioespacial: (a) a importância da participação dos vários segmentos da sociedade na promoção e na implementação de diretrizes para o desenvolvimento turístico local e regional, tarefa difícil a medida em que surgem interesses contraditórios; (b) a importância do papel do Estado na estruturação dos planos de desenvolvimento turístico local ou regional, na regulamentação das diretrizes básicas para conciliação de interesses privados, preservação de patrimônios naturais/edificados e dos interesses da população local; e (c) a questão do uso do conceito de sustentabilidade, esvaziado de sentido social diante da expansão da atividade econômica. E, aqui, cabe uma reflexão: mesmo que o desenvolvimento local possa ser planejado, equacionado da melhor maneira nas suas relações entre interesses econômicos, sociais, políticos e ambientais, dificilmente será sustentável em todas estas dimensões.

Em cidades como Canela, que fazem do turismo sua principal atividade econômica, suas administrações municipais devem ter consciente a necessidade de se ter bem claro quais as prioridades em termos de sustentabilidade, pois a urbanização turística não deve e nem pode se constituir em fator legitimador de um discurso equivocado, colocando em prática o reordenamento territorial em conformidade com suas necessidades e conceitos de preservação ambiental. É o caso dos condomínios Laje de Pedra, Quinta da Serra e Reserva da Serra, representando um notável giro na filosofia da gestão turística e urbana, implicando em uma profunda reestruturação administrativa com a adoção de métodos empresariais de trabalho, mais orientados para a demanda do mercado.

Ao desenvolver métodos e técnicas de planejamento, os planos estratégicos de cidade são mostrados como potencialmente capazes de superar a crise de legitimação dos planos convencionais, são apresentados como a nova panacéia para a reestruturação urbana. É assim que os atores privados passam a ter um papel mais dominante nos processos decisórios das políticas urbanas, segundo informa o relatório do Plano Ambiental Municipal de Canela (PAMC, novembro/2001), da Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Territorial da Prefeitura Municipal).

## **PLANO DIRETOR DE CANELA**

A maioria das cidades brasileiras, tanto de médio como de grande porte, devem dispor até o próximo ano de um Plano Diretor. Portanto, não será por falta de planejamento urbanístico que as cidades apresentarão problemas graves relacionados com a questão, como também não é, certamente, por serem tais planos inadequados. O que ocorre, na maioria das vezes, é que a expansão urbana acontece à margem dos planos aprovados pelas Câmaras Municipais, seguindo a tradicional lógica de interesses da política local e de grupos ligados à administração municipal. Este pensamento corrobora com o de Maricato (2000, p.124-125), para quem:

Como convém a um país onde as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias, o chamado Plano Diretor está desvinculado da gestão urbana, “[...]” a habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem não têm o status de temas importantes [...] O resultado é: planejamento urbano para alguns, leis para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns[...].”

Isto é decisivo, quando se pensa em uma cidade voltada para a atividade turística, como é o caso de Canela, pois deixa uma margem de discussão ampla quando, possivelmente, o seu Plano Diretor apresenta um texto composto por leis que não vêm sendo cumpridas em sua íntegra. Mas as relações sociopolíticas enquadram-se em duas categorias kantianas de tempo e espaço (Bobbio, 2000), nas quais a pedra de toque que harmoniza ou camufla os conflitos sociais se processam através da educação, da cultura e dos processos midiáticos. Logicamente, estas intervenções geram tensões e impactos nem sempre bem equacionados numa sociedade ávida pelo consumo imediatista. Os brasileiros têm vivido sob a égide da denúncia, da crítica construtiva, buscando equações nem sempre aceitas por parte daqueles que são responsáveis pelo erário público, onde interesses os mais diversos são condutores de políticas públicas que levam a ações que privilegiam apenas categorias sociais compostas por uma “elite” cujo poder econômico se reflete nas principais decisões da administração pública.

Em conformidade com Bramwell (2001, p.378-379), basicamente são quatro os tipos de instrumentos políticos, apropriados para as várias circunstâncias, usados pelo Poder Público para promover a sustentação saudável da atividade turística: o encorajamento através da informação, da educação e da persuasão geral dirigida às operadoras de turismo, turistas ou

comunidade; os incentivos financeiros que alteram os preços no que diz respeito aos negócios de turismo, na forma de tributos ou subsídios; os gastos em ações desenvolvidas pelo próprio Poder Público, como despesas em transportes públicos, aquisições de terras e medidas de conservação de parques de preservação da natureza; e, as regulamentações que proíbem ou exigem ação legal, como zoneamento e/ou restrição quanto ao uso de terras em área turística, limitação do uso de certos poluentes, etc, todos contemplados pelo projeto de lei do futuro Plano Diretor de Canela.

Canela ainda não aprovou o seu Plano Diretor, atualmente tramitando na Câmara Municipal de Vereadores. A partir da Lei Municipal nº 462, de 10 de agosto de 1978, o município dispõe apenas de um Código Urbano. Com apenas onze artigos, o documento é bastante simples e objetivo quanto a questões que delimitam a área urbana (Art. 3º); zoneamento (Art. 4º); categorias de prédios (Art. 5º), recuos (Art. 9º), etc. O documento produziu mudanças profundas no tecido urbano, cujos eixos foram a determinação de um novo desenho de vias estruturais associando a elas um uso do solo específico – de alta densidade habitacional associada ao uso comercial – e que passou a determinar, também, a consolidação de uma identidade sócio-espacial positiva entre seus cidadãos.

Posteriormente, várias outras passaram a fazer parte de um conjunto de leis em que se constitui o atual Código Urbano de Canela. A Lei Municipal nº 445, de 20 de março de 1978, pertencente ao Código Urbano de Canela, “Regulamenta os Loteamentos no Município”, já previa, em alguns de seus artigos, formas de preservação do meio ambiente, quando de sua destinação turística. Já a Lei Municipal nº 457, de 25 de junho do mesmo ano, deu “Nova Redação ao Código de Edificações”, definindo e incluindo tipos de áreas tais como: indústria incômoda; indústria nociva; e, indústria perigosa. Em 10 de agosto do mesmo ano, é sancionada a Lei Municipal nº 462, regulamentando o parcelamento e uso do solo urbano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A agressão ocorrida junto ao meio ambiente no município de Canela, ao longo das últimas quatro décadas, é decorrente da ocupação desordenada do solo urbano, no período que compreende os anos de 1960 até 2000. As tentativas do Poder Público em ordenar a questão somente ocorreu no final da década de 1970. O Plano Diretor, seguindo uma linha voltada

ao planejamento e gestão da expansão urbana, cujos processos de desenvolvimento garantam a sustentabilidade da atividade turística, ainda não foi aprovado e transformado em Lei Municipal.

É possível perceber que o município de Canela apresenta situações precárias quanto às leis de uso e ocupação do solo, seja pela especulação imobiliária ou conivência da administração pública, interferindo no processo de desenvolvimento sustentável do turismo, provocando rupturas entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade turística.

A tendência é acabar com este tipo de procedimento, não apenas pelo despertar da consciência ecológica, mas também pela legislação ambiental e até mesmo pelo comportamento do mercado, que tende a recusar produtos elaborados a partir de sacrifícios à natureza. O selo verde ostentado por alguns produtos já é uma primeira iniciativa para orientar os consumidores em relação à origem dos bens que lhe são oferecidos.

Diante do acelerado processo de globalização, onde velocidade, conectividade e intangibilidade são ícones do futuro, questiona-se até onde o turismo em Canela tem interferido na construção do social ou, até onde na desconstrução do social, colaborando para a manutenção do *stablishment* da classe dominante; e, onde é possível intervir auxiliando para que haja uma quebra nesse processo, mediante a criação de situações concretas que levem à reflexão. Como na fala de Giuseppe Tomasi d’Lampedusa, na sua obra “Leopardo”, “muda-se alguma coisa para que tudo permaneça como está”.

As dificuldades elencadas ao longo do texto podem ameaçar o futuro da sustentabilidade da atividade turística de Canela, inviabilizando-a a longo prazo. Há necessidade de uma reflexão para uma posterior fundamentação científica capaz de complementar e aproximar grupos hegemônicos formadores de opinião, uma discussão em um fórum permanente da comunidade que proporcione uma visão crítica da realidade. Portanto, é preciso estabelecer uma vinculação entre conhecimento e planejamento, fazendo com que o complexo turístico implantado no município de Canela tenha, no futuro, através de seu Plano Diretor, salvaguardada a qualidade necessária ao seu desenvolvimento urbano harmônico, com interferências planejadas e controladas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único** – desmanchando consensos, Petrópolis: Vozes, 2000.

- ASCHER, F. Projeto público e realizações privadas: o planejamento das cidades refloresce. **Cadernos IPPUR**, ano VIII, nº 1, abril 1994.
- BRAMWELL, B. 21 – Selecionando instrumentos de política para o turismo sustentado. In: THEOBALD, W. F. (org.) **Turismo Global**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- CAMBRAIA, M. A. S. C.; PEIXOTO, M. C. D. & SOUZA, R. L. M. DE. **Planejamento Ambiental no Controle da Expansão Urbana**. DIURB/FEAM/MG, 2002.
- CHARTIER, R. **A História Cultural - Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.
- CORIOLO, L. N. M. T. **Do local ao global: O turismo litorâneo cearense**. Campinas: Papyrus, 1998.
- DOWBOR, L. **A reprodução social**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_, L. **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DE MASI, D. **O Ócio Criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- LUCHIARI, M. T. Urbanização Turística: um Novo Nexo entre o Lugar e o Mundo. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H.; LUCHIARI, M. T. (orgs). **Olhares Contemporâneos sobre o Turismo**. Campinas: Papyrus, 2000.
- MARICATO, E.; ARANTES, O.; VAINER, C. **A cidade do pensamento único – desmanchando consensos**, Petrópolis: Vozes, 2000.
- MOURA, R. **Cidades-Modelo e a Performance de Cingapura**. IPARDES, Curitiba: 1999.
- RODRIGUES, A. **Turismo e Espaço. Rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- \_\_\_\_\_, M. O mundo, o Brasil e a globalização: O horror não dura eternamente. **Rumos do Desenvolvimento** nº 137. Rio de Janeiro, jun./1997, pp.4-10.
- URRY, J. **O Olhar do Turista. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: SESC/Studio Nobel, 1996.
- CANELA, Lei Municipal nº 462/78, 10 de agosto de 1978, que dispõe sobre o Código Urbano e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_, Lei Municipal nº 445/78, de 20 de março de 1978, que dispõe sobre a regularização de loteamentos e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_, Lei Municipal nº 457/78, de 25 de junho de 1978, dispõe sobre a “Nova Redação ao Código de Edificações” e dá outras providências.
- PLANO AMBIENTAL MUNICIPAL DE CANELA – PAMC, novembro/2001 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Planejamento Territorial – Prefeitura Municipal de Canela.